

# REC

Regulamento Específico  
da Competição



Brasileiro Série B

# 2023

**CBF** CONFEDERAÇÃO  
BRASILEIRA  
DE FUTEBOL

## Sumário

Definições .....	3
Capítulo 1 – Da denominação e participação .....	4
Capítulo 2 – Do troféu e títulos .....	5
Capítulo 3 – Da condição de jogo dos atletas .....	6
Capítulo 4 – Do sistema de disputa .....	7
Capítulo 5 – Das disposições financeiras .....	8
Capítulo 6 – Das disposições finais .....	10
Anexo A – Relação dos clubes participantes.....	12

## Definições

BID – Boletim Informativo Diário

CBF – Confederação Brasileira de Futebol

CONMEBOL – Confederação Sul-Americana de Futebol

DCO – Diretoria de Competições

DRT – Diretoria de Registro, Transferência e Licenciamento

FIFA – Fédération Internationale de Football Association

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

REC – Regulamento Específico da Competição

RGC – Regulamento Geral das Competições

RNRTAF – Regulamento Nacional de Registro e Transferência de Atletas de Futebol

STJD – Superior Tribunal de Justiça Desportiva

## Capítulo 1 – Da denominação e participação

**Art. 1º** – O Campeonato Brasileiro de Futebol da Série B de 2023, doravante denominado **CAMPEONATO**, é regido por 2 (dois) Regulamentos:

- a) **Regulamento Geral das Competições (RGC)** - que trata das matérias comuns aplicáveis a todas as competições coordenadas pela CBF;
- b) **Regulamento Específico da Competição (REC)** - que condensa o sistema de disputa e outras matérias específicas e vinculadas ao **CAMPEONATO**, prevalecendo sobre o RGC em caso de conflito.

**Art. 2º** – Os critérios técnicos de participação dos clubes no **CAMPEONATO** são os seguintes:

- 1) Critério 1: Ter permanecido como integrante do Campeonato Brasileiro de Futebol da Série B de 2022;
- 2) Critério 2: Ter acessado o **CAMPEONATO** a partir do Campeonato Brasileiro de Futebol da Série C de 2022;
- 3) Critério 3: Ter sofrido descenso a partir do Campeonato Brasileiro de Futebol da Série A de 2022.

**Art. 3º** – O **CAMPEONATO** será disputado na forma deste regulamento pelos 20 (vinte) clubes identificados no Anexo A - Relação de Clubes Participantes, em conformidade com os critérios técnicos de participação estabelecidos no art. 2º.

Parágrafo único - É condição indispensável para participação do clube no **CAMPEONATO** o envio por este do Termo de Confirmação de Participação e/ou de Adesão devidamente preenchido e assinado, dentro do prazo definido pela DCO.

## Capítulo 2 – Do troféu e títulos

**Art. 4º** – Ao Clube vencedor do **CAMPEONATO** será atribuído o título de Campeão Brasileiro da Série B de 2023 e ao segundo colocado o título de Vice-Campeão Brasileiro da Série B de 2023, com a inserção do *Title Sponsor*, se houver.

§ 1º – O troféu representativo do **CAMPEONATO** denomina-se Troféu Campeão Brasileiro da Série B de 2023, cuja propriedade será assegurada ao Clube campeão

§ 2º – O Clube que conquistar o título de campeão receberá o troféu correspondente e 50 (cinquenta) medalhas douradas destinadas a seus atletas, comissão técnica e dirigentes; o Clube vice-campeão receberá 50 (cinquenta) medalhas prateadas, com a mesma destinação.

§ 3º - O Clube que conquistar o título de campeão terá o direito de inserir em seu uniforme, durante a temporada de 2024, o *patch* oficial de Campeão do Campeonato Brasileiro da Série B de 2023, com a inclusão do *Title Sponsor*, se houver, mediante prévia autorização e aprovação do *layout* pela CBF. O *patch* deve ser adquirido única e exclusivamente através da empresa autorizada pela CBF.

§ 4º – A DCO publicará oportunamente as diretrizes relativas à entrega de troféu e medalhas do **CAMPEONATO**.

§ 5º – Não será permitida a reprodução do troféu e/ou das medalhas distribuídos entre os Clubes campeão e vice. A CBF pode autorizar, mediante solicitação, a reprodução de réplicas do troféu em dimensões menores ao original e réplicas das medalhas limitadas a 50 (cinquenta), cujo custo será integralmente suportado pelo clube solicitante.

§ 6º – Na qualidade de organizadora do **CAMPEONATO**, pertencerão à CBF todas as propriedades comerciais e de direitos de transmissão, incluindo a adoção de denominação adicional para o Campeonato Brasileiro da Série B de 2023 e/ou para o troféu, mediante a celebração da cessão de direitos de *Title Sponsor*.

§ 7º – O clube que conquistar o **CAMPEONATO** disputará a Copa do Brasil de 2024 a partir da 3ª fase. Caso o clube obtenha o benefício de acessar a Copa do Brasil 2024, a partir da 3ª fase, por disputar a CONMEBOL Libertadores de 2024 ou tendo conquistado a Copa do Brasil de 2023, a vaga será repassada ao vice-campeão da Série B de 2023.

§ 8º – Caso o clube campeão do **CAMPEONATO** seja também campeão da Copa do Nordeste 2023 ou da Copa Verde 2023, o clube acessará a Copa do Brasil de 2024 na sua 3ª fase, através da vaga da Série B.

**Art. 5º** – Os 4 (quatro) primeiros colocados na classificação final do **CAMPEONATO** ascenderão ao Campeonato Brasileiro de Futebol da Série A de 2024. Os 4 (quatro) últimos colocados na classificação final descenderão para o Campeonato Brasileiro de Futebol da Série C de 2024.

## Capítulo 3 – Da condição de jogo dos atletas

**Art. 6º** – Prazo de inscrição: os clubes devem inscrever os atletas que serão relacionados no **CAMPEONATO** através do sistema Gestão Web. Somente poderão ser inscritos atletas cujos registros estejam publicados no BID em favor do clube.

§ 1º – Os clubes poderão inscrever um número máximo de 50 (cinquenta) atletas até o dia 25/08/2023, podendo substituir no máximo 8 (oito) atletas até o dia 15/09/2023, dentre os anteriormente inscritos.

§ 2º Os clubes devem inscrever, até o último dia que anteceder a sua primeira partida do **CAMPEONATO**, um número mínimo de 35 (trinta e cinco) atletas.

**Art. 7º** – A contratação de novo atleta pelo clube, seja como profissional ou não profissional, habilita a sua atuação pelo clube no **CAMPEONATO** a partir do dia seguinte à data de publicação do seu nome no BID pela DRT, desde que cumpridos os demais requisitos do RGC e deste REC, incluindo a sua inscrição na competição pelo clube dentro do prazo definido no artigo 6º.

**Art. 8º** – Todas as referências ao BID aqui expressas devem considerar o que prevê o RGC e o RNRTAF.

**Art. 9º** – Um atleta somente poderá ser inscrito por outro clube do Campeonato Brasileiro da Série B de 2023, após o início do **CAMPEONATO**, se tiver atuado em um número máximo de 8 (oito) partidas pelo clube de origem.

§ 1º – Considera-se como atuação o ato do atleta entrar em campo para a disputa da partida, desde o início ou no decorrer da mesma.

§ 2º – O atleta que tenha atuado por um clube no **CAMPEONATO** somente poderá atuar por mais um clube.

§ 3º – Uma vez iniciado o **CAMPEONATO**, cada clube poderá inscrever até 5 (cinco) atletas que tenham anteriormente atuado por outros clubes no Campeonato Brasileiro da Série B de 2023, sendo no máximo 3 (três) atletas de um mesmo clube.

**Art. 10** – Os clubes deverão providenciar o registro dos seus treinadores nos mesmos moldes dos procedimentos adotados para seus atletas.

## Capítulo 4 – Do sistema de disputa

**Art. 11** – O **CAMPEONATO** será disputado no sistema de pontos corridos, de forma contínua, em turno e retorno, sendo 19 (dezenove) jogos de ida e 19 (dezenove) jogos de volta, sagrando-se campeão o clube que acumular o maior número de pontos ganhos em toda a disputa.

Parágrafo único - O mando de campo das partidas pertencerá ao clube colocado à esquerda da tabela elaborada pela DCO.

**Art. 12** – Em caso de empate em pontos ganhos entre 2 (dois) ou mais clubes ao final do **CAMPEONATO**, o desempate, para efeito de classificação final, será efetuado observando-se os critérios abaixo.

- 1º) maior número de vitórias;
- 2º) maior saldo de gols;
- 3º) maior número de gols pró;
- 4º) confronto direto;
- 5º) menor número de cartões vermelhos recebidos;
- 6º) menor número de cartões amarelos recebidos;
- 7º) sorteio.

§ 1º – Para efeito do quarto critério (confronto direto), considera-se o resultado dos jogos de ida e volta somados, ou seja, o resultado do “jogo de 180 (cento e oitenta) minutos”.

§ 2º – No caso de empate entre mais de 2 (dois) clubes, não será considerado o quarto critério.

## Capítulo 5 – Das disposições financeiras

**Art. 13** – A renda líquida de cada partida será do clube mandante, devendo os descontos sobre a renda bruta serem aplicados de acordo com o disposto no RGC.

**Art. 14** – Em não ocorrendo o recolhimento do desconto relativo ao INSS, a Federação responsável poderá ser, através de comunicação da CBF, impedida de realizar jogos do **CAMPEONATO** no seu Estado.

**Art. 15** – O preço mínimo do ingresso será de R\$ 20,00 (vinte reais), com meia entrada a R\$ 10,00 (dez reais).

**Art. 16** – Os custos e despesas relativos à logística do **CAMPEONATO**, aqui entendidos o transporte, hospedagem e alimentação dos atletas e integrantes das comissões técnicas dos Clubes visitantes, limitados a um total de 30 (trinta) pessoas por partida, serão arcados pela CBF, em conformidade com as diretrizes e orientações emitidas pela CBF e/ou agência responsável.

**Art. 17** – Os pagamentos referentes às despesas com arbitragem e exame antidoping serão cobertos pela CBF.

**Art. 18** – O Clube que, por período igual ou superior a 30 (trinta) dias, estiver em atraso com o pagamento de remuneração, devida única e exclusivamente durante o **CAMPEONATO**, conforme pactuado em Contrato Especial de Trabalho Desportivo, a atleta profissional registrado, ficará sujeito à perda de 3 (três) pontos por partida a ser disputada, depois de reconhecida a mora e o inadimplemento por decisão do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD).

§ 1º – Ocorrendo atraso, caberá ao atleta prejudicado, pessoalmente ou representado por advogado constituído com poderes específicos ou, ainda, por entidade sindical representativa de categoria profissional, formalizar comunicação escrita ao STJD, a partir do início até 30 (trinta) dias contados do encerramento do **CAMPEONATO**, sem prejuízo da possibilidade de ajuizamento de reclamação trabalhista, caso a medida desportiva não surta efeito e o clube permaneça inadimplente.

§ 2º – Comprovado ser o Clube devedor, conforme previsto no *caput* deste artigo, cabe ao STJD conceder um prazo mínimo de 15 (quinze) dias para que o Clube inadimplente cumpra suas obrigações financeiras em atraso, de modo a evitar a aplicação da sanção de perda de pontos por partida, sem prejuízo às penalidades administrativas previstas no RGC.

§ 3º – A sanção a que se refere o *caput* deste artigo será sucessiva e cumulativamente aplicada em todas as partidas do **CAMPEONATO** que venham a ser realizadas enquanto perdurar a inadimplência.

§ 4º – Caso inexista partida a ser disputada pelo Clube inadimplente quando da imposição da sanção, a medida punitiva consistirá na dedução de 3 (três) pontos dentre os já conquistados no **CAMPEONATO**.

§ 5º – A regra valerá a partir do início do **CAMPEONATO** até 30 (trinta) dias após o seu término, não se considerando débitos trabalhistas anteriores e posteriores.



§ 6º – Esta norma é aplicável sem prejuízo do disposto no art. 64 do RNRTAF, resultante de regra vinculante e obrigatória da FIFA, conforme circular nº 1468/2015, de 23/02/2015.

## Capítulo 6 – Das disposições finais

**Art. 19** – As partidas do **CAMPEONATO** serão disputadas em estádios cuja capacidade mínima de público seja de 6.000 (seis mil) espectadores sentados e que tenham sistema de iluminação adequado, com um nível mínimo de 600 (seiscentos) lux na vertical, para partidas noturnas e transmissões, bem como atendam aos requisitos mínimos de qualidade, conforme as diretrizes emitidas pela CBF.

§ 1º – No caso de o estádio utilizado pelo clube mandante não atender ao previsto neste artigo, este clube deverá indicar outro estádio que atenda ao estabelecido para a realização de suas partidas.

§ 2º - Se a capacidade autorizada pelos órgãos competentes for inferior à capacidade mínima exigida, o estádio não poderá ser utilizado, devendo ser substituído por outro que atenda às exigências previstas neste artigo.

§ 3º - Quaisquer estádios poderão ser substituídos na hipótese de falta de laudos técnicos exigidos pelo Estatuto do Torcedor.

**Art. 20** - O mando de campo das partidas será necessariamente exercido no limite da jurisdição da federação a que pertença o clube mandante, exceto em situações excepcionais, a critério da DCO e de acordo com RGC.

**Art. 21** – Os clubes estão autorizados a utilizar estádios com piso de grama sintética.

**Art. 22** – Será permitido ao clube visitante realizar o reconhecimento do gramado em cada partida na véspera da data prevista para o jogo.

**Art. 23** – Os clubes estão autorizados a fazer seus “aquecimentos” no campo de jogo por até 30 (trinta) minutos. Os atletas precisarão deixar o gramado quando restarem 20 (vinte) minutos para o início da partida.

**Art. 24** – Os clubes deverão utilizar a ferramenta “pré-escala” para confecção da relação de atletas, em consonância com o que prevê o RGC.

**Art. 25** – Os direitos sobre as propriedades comerciais inerentes ao **CAMPEONATO** pertencem exclusivamente à CBF e serão definidos nos acordos comerciais celebrados pela CBF.

Parágrafo único – Ao participarem da competição, os clubes cedem à CBF, de forma irrevogável, irretroatável e exclusiva, os direitos de captação, fixação, emissão e transmissão de sons e imagens das partidas do **CAMPEONATO**, para exibição e exploração através de qualquer plataforma, mídia, meio ou processo, no Brasil e no exterior, bem como autorizam o uso pela CBF de imagens coletivas de sua equipe, aqui entendidas as imagens dos atletas e membros da comissão técnica, em conjunto, em atividade profissional, em campo ou fora dele, além do nome oficial, uniformes, marcas e logotipos do clube, visando exclusivamente a promoção do **CAMPEONATO**.

**Art. 26** – Os acordos comerciais e orientações operacionais deverão ser respeitados integralmente pelos clubes participantes do **CAMPEONATO**, conforme o RGC e/ou diretrizes emitidas pela DCO sobre o tema.

**Art. 27** – Todos os jogos da última rodada do **CAMPEONATO** deverão ser simultâneos, exceto os que não estiverem relacionados com situações de título, descenso ou acesso.

**Art. 28** – A bola a ser utilizada no **CAMPEONATO** será aquela designada pela CBF.

**Art. 29** – Os clubes disputantes deverão cumprir integralmente as diretrizes médicas e protocolares emitidas pela CBF, bem como todas as suas atualizações.

**Art. 30** – Os Clubes participantes do **CAMPEONATO** concordam que a CBF fará uso da tecnologia do VAR como suporte ao Árbitro, nos termos estabelecidos no protocolo aprovado pelo IFAB – The International Football Association Board (VAR Handbook). Os Clubes aceitam que a tecnologia poderá ser utilizada em todas ou algumas partidas do **CAMPEONATO**, sempre que possível, e concordam que eventual impedimento total ou parcial no uso da tecnologia durante uma partida, bem como qualquer falha ou desconformidade na operação do VAR, não constituirão base para pedido de anulação da partida correspondente, nem servirão como fundamento para qualquer pleito de natureza indenizatória.

**Art. 31** - As datas estipuladas neste Regulamento e na Tabela foram definidas observando os calendários e datas oficiais da CONMEBOL e da FIFA e integram o calendário anual da CBF.

§ 1º - As datas estipuladas neste Regulamento e na Tabela podem sofrer alterações em decorrência de eventuais modificações promovidas pela CONMEBOL ou pela FIFA em seus calendários, mediante informação a ser encaminhada aos Clubes e Federações pela DCO.

§2º - As datas estipuladas neste Regulamento e na Tabela também podem sofrer alterações em decorrência de força maior, pandemia ou por razões excepcionais, mediante informação a ser encaminhada aos Clubes e Federações pela DCO

**Art. 32** – A DCO expedirá normas e instruções complementares que se fizerem necessárias à execução do presente regulamento e os casos omissos serão resolvidos pela DCO.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2023.

Diretoria de Competições

## Anexo A – Relação dos clubes participantes

	Clube	UF	Origem
ABC	ABC Futebol Clube	RN	Série C
Atlético Goianiense	Atlético Clube Goianiense	GO	Série A
Avaí	Avaí Futebol Clube	SC	Série A
Botafogo SP	Botafogo Futebol S.A.	SP	Série C
Ceará	Ceará Sporting Club	CE	Série A
Chapecoense	Associação Chapecoense de Futebol	SC	Série B
CRB	Clube de Regatas Brasil	AL	Série B
Criciúma	Criciúma Esporte Clube	SC	Série B
Guarani	Guarani Futebol Clube	SP	Série B
Ituano	Ituano Futebol Clube	SP	Série B
Juventude	Esporte Clube Juventude	RS	Série A
Londrina	Londrina Esporte Clube	PR	Série B
Mirassol	Mirassol Futebol Clube	SP	Série C
Novorizontino	Grêmio Novorizontino	SP	Série B
Ponte Preta	Associação Atlética Ponte Preta	SP	Série B
Sampaio Corrêa	Sampaio Corrêa Futebol Clube	MA	Série B
Sport	Sport Club do Recife	PE	Série B
Tombense	Tombense Futebol Clube	MG	Série B
Vila Nova	Vila Nova Futebol Clube	GO	Série B
Vitória	Esporte Clube Vitória	BA	Série C